



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BEM COMUM

FEMINISMO E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO SOBRE A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS RURAIS DA COMUNIDADE DO QUANDÚ E ADJACÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS (AMPRORQUA)¹

Santos, Carine de Jesus²; Amaral, Leticia de Souza³

²Doutoranda no programa de pós graduação Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, cariny.santos@gmail.com

³Mestranda no programa de pós graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, leticia.amaral.01@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo debater a atuação das mulheres na agroecologia, partindo dos desafios e oportunidades que surgem com o processo de transição agroecológica. Para isso, tomou-se como referência o caso da Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade do Quandú e Adjacências do Município de Currais Novos/RN. Esta experiência tem contribuído substancialmente para a segurança alimentar e nutricional local, por meio de práticas sustentáveis na agricultura, além de ter influenciado na permanência das agricultoras no campo. A comunidade ainda enfrenta problemas para se consolidar como totalmente agroecológica e obter certificação de produção orgânica. Apesar do grande avanço do caso pesquisado, ainda é necessário avançar no que diz respeito ao acesso a políticas públicas, tais como: mercados institucionais, assistência técnica, acesso a crédito, certificação, circuitos curtos de comercialização e conscientização do/a consumidor/a, de modo que a transição para produção agroecológica seja totalmente efetivada.

PALAVRAS-CHAVE: transição agroecológica; agroecologia; AMPRORQUA.

INTRODUÇÃO

Tem-se constatado que algo de novo está acontecendo na agricultura, em particular, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1960. Algo distinto do estágio anterior da agricultura capitalista, algo denominado de agricultura moderna integrada à indústria, ou ao modelo fordista de agricultura que se tornou hegemônico nos Estados Unidos e na Europa Ocidental pós - Segunda Guerra Mundial. O marco fundamental das novas mudanças pode ser localizado no que podemos, genericamente, chamar de setor ou sistema agroalimentar, caracterizando um processo de transição para um modelo pautado em práticas sustentáveis, do lado da oferta de produtos e de um crescente grau de consciência dos consumidores que clamam por produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, cujos valores de uso – percentual de proteínas, vitaminas sais minerais e antioxidantes naturais – tornam-se referências mais relevantes que os simples valores de troca que regem os mercados convencionais de produtos agrícolas, como sugere J. D. Ploeg (2008).

Se, em um primeiro instante, a escalada da produção de alimentos era a grande preocupação, agora há o cuidado com a qualidade daquilo que é consumido. Esse processo é decorrente das profundas transformações no perfil do consumidor que, com o passar dos anos, tem se tornado mais exigente, no que diz respeito à qualidade e origem dos alimentos.

¹ Esta pesquisa está associada a coleta de dados durante a disciplina de Economia Agrícola na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no semestre 2017.2 .



Associado a isso, de acordo com Goodman (2012), as pessoas também têm tido uma maior preocupação com assuntos relacionados à sustentabilidade, segurança alimentar e soberania alimentar.

Diante das especificidades da agricultura familiar e das mudanças provocadas no sistema agroalimentar, fica cada vez mais reduzido o número de pequenos(as) produtores(as) que conseguem fazer parte das cadeias integradas e globalizadas. Com isso, a sua inserção via uma produção sustentável, baseada na valorização de aspectos sociais e ambientais, tem se tornado cada vez mais necessária. Emerge, nesse contexto, a discussão sobre a agroecologia e o seu potencial para garantir a resistência da agricultura familiar.

Dentro da agricultura familiar, a figura do homem como representação principal reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

O trabalho da mulher na agricultura familiar é “gratuito” e considerado “ajuda”, revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção é vista como pertencente ao homem. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que não gera valor econômico e social. Usando a definição de trabalho da economia neoclássica, o trabalho não é percebido como transformador da natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho. Sobre este aspecto, afirmam Butto e Dantas (2011) que:

O seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas. Essa invisibilidade fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho: as mulheres na agropecuária trabalhavam praticamente a metade da jornada média dos homens. Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 14).

A agroecologia surge nesse contexto, como modelo alternativo e inclusivo para as agricultoras, tendo em vista as seguintes características: o enfoque agroecológico que valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar; e a transição agroecológica que valoriza uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o cuidado), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias.

A forma como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de todos os membros da família, a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se



realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas e gerando maior autoestima. O fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia (SILIPRANDI, 2009).

Sendo assim, a agroecologia é compreendida, neste trabalho, como um campo de conhecimentos que “proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL & COSTABEBER, 2002). A agroecologia envolve várias abordagens para resolver os desafios reais da produção agrícola, embora ela tenha lidado com aspectos de produção e proteção de cultivos inicialmente, mas que, nas últimas décadas, haja novas dimensões, como questões ambientais, sociais, econômicas, éticas e de desenvolvimento que estão se tornando relevantes.

Como decorrência do processo de busca por uma agricultura sustentável, tem-se o processo de transição agroecológica ou de ecologização da agricultura, ressaltando a introdução de práticas inovadoras e alternativas, mais respeitosas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (COSTABEBER e MOYANO, 2000).

Reconhece-se que mudar da produção convencional para agroecologia é um processo árduo e que a completa ausência de apoio institucional o torna ainda mais difícil. A agricultura familiar está vivendo um momento de retomada das técnicas culturais, que a garanta uma maior codependência da natureza e a renúncia aos insumos provenientes do capital. Essa nova forma de fazer agricultura vai além de técnicas que garantam um produto de qualidade. Ela possibilita uma discussão mais ampla de desenvolvimento social no campo, equiparando homens, mulheres, jovens e crianças.

Para estudiosos da área, como Schmitt (2009), o processo de transição agroecológico funciona como um desdobramento da história ecológica, em que há uma desconexão da agricultura e do sistema agroalimentar e com base na biofísica de sustentação dos ecossistemas locais. Diante desse contexto, o presente trabalho visa analisar o processo de transição agroecológica da Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade do Quandú e Adjacência do Município de Currais Novos (AMPRORQUA), tomando como referência as conquistas, desafios e possibilidades que surgem para esse grupo de mulheres.

METODOLOGIA

Com base nos objetivos desta pesquisa, é possível constatar que se trata de um trabalho exploratório. Esta categoria de estudo contempla basicamente dois procedimentos técnicos:



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

- Pesquisa bibliográfica;
- Estudos de caso.

Entende-se por pesquisa bibliográfica aquela que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites (FONSECA, 2002). Neste trabalho foi desenvolvido um breve levantamento a respeito da agroecologia, da luta feminista nesse contexto e do processo de transição agroecológica, assim como, da busca por uma metodologia que visasse auxiliar na compreensão sobre a transição agroecológica.

Esta pesquisa contou com a visita de campo que ocorreu no segundo semestre de 2017, a partir da disciplina de Economia Agrícola, pertencente ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para construir o estudo de caso, foi necessário aplicar entrevistas com cerca de 10 agricultoras, estando entre elas a presidente da associação e a secretária. Segundo Triviños (1987), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, tendo como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade. De acordo com Yin (2005), podem ser utilizadas quatro diferentes fontes de informações em um estudo de caso: documentos, estatísticas, entrevistas pessoais e observações diretas. No caso do presente trabalho, foram utilizadas entrevistas pessoais e observações diretas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A associação foi fundada em 2010, a partir do incentivo de uma professora universitária aposentada que se viu sensibilizada com a situação daquelas mulheres, mulheres que viviam diante da pobreza e da falta de autonomia. De início, a ação foi vista de maneira negativa, tendo em vista os aspectos culturais, que sempre prendem as mulheres às atividades domésticas e as tornam subjugadas aos maridos.

Em 2013, a Associação de Mulheres do Quandú foi selecionada com recursos de projetos da CONAB e BNDES (Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para o fortalecimento social e econômico da associação que tem como base a agricultura familiar. Em maio de 2013, através da lei nº 3.025/2013, a Prefeitura doou um terreno público localizado na comunidade para implantação da Sede da Associação, onde atualmente funcionam as suas atividades econômicas e administrativas. A partir do recurso obtido, as mulheres, com o apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), iniciaram o projeto a fim de construir uma agroindústria dentro dos padrões exigidos pela política sanitária, para dessa maneira comercializarem dentro do mercado formal. Atualmente, o grupo foi contemplado por um edital do RN Sustentável e aguardam o recurso para concluir a agroindústria.

A experiência é marcada pelo apoio de inúmeras instituições, entre elas o Centro Feminista 8 Março que disponibiliza assistência técnica e cursos de capacitação a essas mulheres, visando



o melhor desempenho da associação, assim como a discussão entorno das questões de gênero, que buscam contribuir para o empoderamento das agricultoras; o SEBRAE se faz presente a partir da prestação de consultorias e assistência técnica em torno da produção e comercialização dos produtos da associação; o IFRN, a partir do curso técnico em alimentos, oferecendo suporte no que se refere a orientações necessárias para as adequações da política sanitária, por meio de ações extensivas, como a criação de rótulo com tabela nutricional e desenvolvimento do projeto para agroindústria das mulheres; e o sindicato auxilia com as viagens para participação de eventos com relevância nacional, como a Marcha Mundial de Mulheres, além da luta pelo acesso às políticas públicas para agricultura familiar, o que garante a sobrevivência da associação.

A associação conta com quatro assembleias por ano e um encontro mensal com o conselho administrativo. Quando se faz necessário, o coletivo é acionado extraordinariamente para realização de discussões a respeito de temas considerados pertinentes. O grupo tem passado por um processo de mudança na gestão da organização, tendo em vista que a fundadora esteve à frente por seis anos, devido a sua capacidade de articulação, dada sua longa experiência na docência no ensino superior e à falta de confiança das demais associadas em assumir o cargo. Esse ano houve eleição e foi passado o cargo da presidência para outra associada, que tem contado com o apoio da ex-presidente, assim como de todo o grupo.

Importante destacar que a partir dessa experiência essas mulheres estão experimentando a inserção de atividade econômica. Elas narram que antes da associação não possuíam voz na comunidade, não eram enxergadas de maneira individual, e, sim, sempre associadas aos maridos. A partir da renda que começaram a obter por meio da atividade coletiva, alcançaram mudanças significativas no convívio doméstico. Os maridos que não acreditavam na capacidade de suas esposas de obterem seu próprio sustento, hoje são gratos à contribuição financeira que elas proporcionaram ao lar. Além disso, destacam que conquistaram a sua individualidade e voz nas decisões dentro de suas casas e na comunidade.

A associação é mantida a partir da taxa de cinco reais, cobrada individualmente, além da taxa de 6% de tudo que é vendido, que representa um fundo de reserva. A sobra é repartida entre as associadas que participaram do processo produtivo daquilo que foi vendido. Além disso, são realizadas atividades junto à comunidade, para arrecadação de recursos para consolidação dos projetos da associação. O grupo tem realizado atividades de lazer e cultura dentro da comunidade, como recitais de poesia e apresentação de corais, com o apoio do IFRN.

Atualmente, o grupo é composto por 47 mulheres e produzem doce de leite, doce de mamão com coco, doce de mamão enroladinho, doce de coco com rapadura, doce de goiaba no leite, bolo de ovos e biscoito de nata. Elas cultivam hortaliças e frutas, com destaque para goiaba, também produzem leite e beneficiam seus derivados em parceria com a empresa Sertão Seridó, fornecendo queijo de coalho e de manteiga. Nesta mesma parceria, elas entregam 100 litros e recebem 60 litros de bebida láctea. Essa bebida é direcionada ao mercado institucional, em que é



pago, em média, 2,85 pelo litro. No momento, apenas doze mulheres estão trabalhando na associação, devido ao longo período de seca. A renda atual desse grupo de mulheres tem sido de 4.000 reais por mês.

A associação vende seus produtos no mercado informal (à Comunidade e aos visitantes da associação) e ao mercado institucional. Os programas que elas são contempladas são o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Atualmente, devido à seca na região, o único produto que tem sido comercializado é o bolo de ovos, já que o ovo é obtido a partir da criação de galinhas em seus quintais. Para driblar a seca, essas mulheres contam com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para subsidiar seus cultivos individuais.

Transição agroecológica

A agroecologia é marcada pela preservação ambiental e um traço marcante que é possível observar ao longo das discussões sobre a temática, é a valorização das relações sociais fundamenta a consolidação desse modelo. Dentro delas, há a luta feminista no campo, sendo essencial para configuração de um novo retrato da agricultura familiar, a partir de processos que tem possibilitado valorizar e construir a autonomia das mulheres envolvidas. Elas aprenderam com gerações passadas que o papel da mulher deveria ser resumido a auxiliar o esposo, além de se submeter aos maus tratos e subalternização. A experiência analisada tem demonstrado a relevância da agroecologia para a construção de uma nova realidade para as associadas. Se em um primeiro momento elas eram obrigadas a conviverem com a falta de protagonismo, muitas têm experimentado poder gerar renda e ter voz dentro de suas casas.

A partir da discussão teórica que traçamos ao longo deste trabalho, podemos observar os avanços que vêm sendo alcançados, além da valorização social dessas mulheres, pois elas têm conseguido contribuir de maneira substancial para o processo de segurança alimentar e nutricional da região, e a produção é oferecida não só para o mercado local, via feiras e venda na sede, mas, também, por meio do mercado institucional. Em seus cultivos não há o uso de agrotóxicos e fertilizantes, o que indica que sua produção não afeta as agricultoras e garante ao consumidor final um alimento mais saudável.

Na visita à produção individual das mulheres, foi possível constatar que são aplicadas técnicas de manejo correto do solo, entre elas, as principais foram: a rotação de cultura e a compostagem, como forma de fortalecer o solo; e o consumo de produtos saudáveis oferecidos pela associação, o que gerando uma demanda significativa. Assim, as produtoras não enfrentam desafios em relação à demanda por seus produtos, mas, sim, à oferta, dado que além das barreiras oriundas de um cultivo com menor produtividade, enfrenta a seca.

A assistência técnica tem agregado as práticas culturais próprias da produção agroecológica, proporcionando ao grupo um eficiente processo de transição e possibilitando que



as produtoras diversifiquem o cultivo. Em relação ao uso de fontes de energia renováveis, assim como a produção de agrocombustíveis, percebe-se que ainda há um grande desafio, assim como as sementes, pois ainda têm sido muito difícil romper com o uso de sementes híbridas e migrar para o uso de crioulas.

A permanência no campo apresenta-se como um grande desafio dentro da agricultura familiar. São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelas pequenas produtoras, entre elas tem-se a baixa renda e o acesso limitado a serviços básicos, como educação e saúde. Com as dificuldades de absorção dessa mão-de-obra, seja em atividades agrícolas ou não agrícolas, o trabalho desenvolvido pela associação tem contribuído diretamente para a sobrevivência digna dessas mulheres e de suas famílias. Dessa forma, elas podem permanecer no campo e passar suas técnicas e práticas para as gerações futuras.

Quadro 1 – Elementos para Transição Agroecológica da Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade do Quandú e Adjacência do Município de Currais Novos

Relocalização	A produção do grupo enfrenta desafios referentes à seca. Todavia, elas colaboram para garantia da segurança alimentar local, vendendo seus produtos ao mercado institucional e à região.
Energia	Apesar das fontes de energia serem as convencionais, elas seguem para uma produção sustentável, em que não há o uso de agrotóxicos nem fertilizantes sintéticos.
Fertilidade dos Solos	As mulheres trabalham com quintais produtivos e neles são empregados: técnicas de rotação de culturas e compostagem.
Dieta	Com a produção de alimentos saudáveis, elas oferecem aos consumidores da região uma opção de um produto de qualidade e com um preço justo. Graças a isso, elas obtiveram espaço no mercado local, além de autoconsumo.
Sistema de Produção Agrícola	As agriculturas contam com assistência técnica fornecida pelo SEBRAE e o IFRN da região, além dos saberes trazidos pelas antigas práticas da agricultura. Isso tem contribuído de maneira significativa para que elas tenham um manejo baseado em conhecimento de práticas sustentáveis, em suas unidades familiares.
Sementes	As sementes apresentam-se como o maior desafio das produtoras. Elas ainda são compradas.
Trabalho na agricultura	O desenvolvimento da agricultura tem contribuído diretamente para a permanência dessas mulheres no campo, gerando renda, sem estimulá-las a procurar atividades não agrícolas.

Fonte: elaboração própria – adaptação do artigo de Heinberg e Bomford (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para a agroecologia implica na reapropriação e/ou fortalecimento da capacidade de gestão, individual ou coletiva, dos(as) agricultores(as) familiares sobre os recursos



naturais que servem de base para sua reprodução econômica e social. A sustentabilidade dessa nova forma de “fazer agricultura” não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações, que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida.

Tomando como referência a discussão teórica desenvolvida por Heinberg e Bomford (2009), foi possível descrever o processo transitório vivenciado pela experiência agroecológica em Currais Novos. Dentro do quadro proposto, constatou-se que tiveram grandes avanços, no que diz respeito ao rompimento em relação à produção convencional, mas que ainda enfrentam desafios para se constituir experiências totalmente agroecológicas.

A Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade do Quandú e Adjacência do Município de Currais Novos tem sido responsável por contribuir para segurança alimentar local, vendendo seus produtos para o mercado institucional e da região. As técnicas desenvolvidas estão proporcionando a elas emancipação do modelo convencional, por meio de técnicas produtivas sustentáveis, tais como quintais produtivos e compostagem do solo. A partir do trabalho desenvolvido, essas mulheres estão construindo sua autonomia econômica, o que tem gerado o reconhecimento social dentro de suas famílias e da comunidade, além disso, elas conseguem oferecer condições melhores de sobrevivência e permanência para seu núcleo familiar no campo.

No que diz respeito aos desafios, têm-se os pontos referentes à energia e sementes, expresso nos relatos. Neste mesmo sentido, a fonte de energia ainda é a convencional, apesar do notório avanço na eliminação do uso de agrotóxicos, fertilizantes e pesticidas, elas ainda não conseguem produzir as próprias sementes. Este último ponto impede que a produção seja certificada com o selo de produto orgânico e obtenha, conseqüentemente, maior valor agregado, sendo um processo ainda em construção.

Apesar do desenvolvimento dessa experiência, ainda é necessário avançar no que diz respeito ao acesso às políticas públicas, tais como, assistência técnica especializada e capaz de garantir que a produção seja, efetivamente, agroecológica; acesso à certificação de produtos orgânicos, que permita aos(as) produtores(as) conquistarem um maior valor agregado em relação aos seus produtos; política de crédito que possa custear gastos oriundos do processo de transição; investimento na formação de circuitos curtos de comercialização que possam fortalecer a relação direta entre consumidores(as) e produtores(as), proporcionando aos(as) agricultores(as) maior apropriação sobre o valor final do seu produto; e, por fim, processo de conscientização dos(as) consumidores(as), de modo que esses possam enxergar os produtos agroecológicos como melhor opção de consumo.

REFERÊNCIAS



- BUTTO, A. e DANTAS, I. (2011). **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. Em A. Butto, Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.3, 2002.
- COSTABEBER, J. A; MOYANO, E.E. **Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.4, p. 50-60, 2000.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E.; GOODMAN, M. **Alternative food networks**. London; New York: Routledge, 2012.
- HEINBERG, Richard e BOMFORD, Michael. **The FoodandFarmingTransition: towards a post-carbonfood system**. Sebastopol-CA/US: Post CarbonInstitute, 2009.
- PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG's. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- SCHMITT, Cláudia. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177-204.
- SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 139-152
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.